



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Ata de Reunião

ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DA MULHER – CEM. 20/11/2020.**PRESIDÊNCIA DE TELMA PATRÍCIA DE MORAES SANTOS**

Às 14h00min, do dia 20 de novembro de 2020, reúnem-se através da **Plataforma: Zoom: us02web.zoom.us/j/81355789919?pwd=b3lFK1lORjcwUXNiWWtVUHRvWVBydz09**. Em Plenária Ordinária do Conselho Estadual da Mulher, doravante identificado CEM/MG. A reunião plenária foi dirigida pela Presidente Telma Patrícia de Moraes Santos, Presidente Interina do Conselho Estadual da Mulher, e estavam presentes as seguintes conselheiras: Representando o Movimento Popular da Mulher – (MPM), a Sra. Carmélia Maria Viana da Rocha (titular); Representando a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – (CTB), a Sra. Terezinha Lúcia de Avelar (titular); Representando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais - (FETAEMG), a Sra. Marly Duarte de Souza (titular) e a Sra. Maria Aparecida da Silva (suplente); Representando o Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais - (SINPROMINAS), a Sra. Telma Patrícia de Moraes Santos (titular) e a Sra. Antonieta Shirlene Mateus (suplente); Representando a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social - (SEDESE), a Sra. Jailane Devaroop Pereira Mattos (titular) e a Sra. Beatriz Eufrásio Trindade (suplente); Representando a Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – (SEPLAG), a Sra. Fernanda Danielle Gandra Rodrigues – (titular); Representando a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança – (SEJUSP), a Sra. Tatiane Carvalho Maia – (suplente); Representando a Secretaria de Estado de Governo – (SEGOV), a Sra. Verônica Idelfonso Cunha Coutinho (suplente); Representando a Secretaria de Estado de Educação – (SEE), a Sra. Luciana Ferreira Perônico (titular). Como convidadas estavam presentes as Sras. Bárbara Ravenna Martiniano de Assis e Luciana Vaz Venâncio, bem como a Dra. Emília Viriato Paulino. A Presidente, passou à chamada das conselheiras que apresentaram a justificativa de ausências: a Sra. Romênia Márcia do Nascimento (titular), representante do Movimento do Graal no Brasil - (GRAAL); a Sra. Zélia Lúcia Lima (titular) representante da União de Negros e Negras pela Igualdade (UNEGRO); a Sra. Marilda da Silva (suplente) representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – (CTB) e a Sra. Elzelina Dóris dos Santos (suplente) representante da Secretaria de Estado de Educação – (SEE), auxiliaram para a realização da reunião a equipe de secretaria executiva do CEM, as servidoras Jéssica Bueno, Elenir Rios, Júnia Beatriz e Arlete Alves. Doravante todas as presentes serão mencionadas pelo primeiro nome. Depois de aberta a reunião e verificada a presença das conselheiras, deu-se sequência às seguintes pautas: **I - Abertura; II - Aprovação e considerações das atas anteriores; III - Apresentação de palestra sobre: "Bate papo sobre o Dia Nacional da Consciência Negra", por Emília Viriato Paulino; IV - Mulher na Pandemia, "Perspectivas de saúde, educação econômica e outras"; V - Informes; VI - Encaminhamentos, e; VII - Enceramento. I. Abertura:** A presidente **Telma** deu as boas vindas a todas as presentes, após verificou de quórum em conformidade com o regimento interno do conselho e a confirmação de ausências justificadas das conselheiras. Assim, confirmado o quórum, passou à chamada para dar início à reunião. Em seguida, a Sra. Telma pede desculpas pela sua ausência e conseqüente cancelamento da reunião plenária do mês anterior e justifica a importância da reunião ser realizada dentro de cada mês, mas que não foi possível a realização da reunião por questões familiar, a Presidente informou ainda que o conselho ficou vulnerável por não ter a mesa diretora formada, certifica a presença da Sra. Bárbara Ravenna Martiniano de Assis na reunião e deixa registrado que foi

debatido em plenárias que as conselheiras não concordam com o afastamento definitivo das conselheiras para o pleito eleitoral, e deixa registrado a presença da conselheira Jailane Devaroop Pereira Mattos, informando a nova conselheira que foi nomeada para representar a SEDESE como conselheira titular, o que foi debatido em plenárias anteriores em relação a discordância da interpretação de afastamento definitivo das conselheiras, tendo sido encaminhado um ofício do conselho para o Senhor governador do Estado Romeu Zema, e o conselho está aguardando respostas, entendendo como falta de respeito para com o conselho das mulheres a dispensa publicada no dia 14 de novembro no IOF, pois ignora o posicionamento das conselheiras, sendo antidemocrático e deixa registrado em ata este repúdio, porque as conselheiras têm o direito de retornar as atividades no conselho depois de participarem do pleito eleitoral, e entendendo também que isso deve ser um debate político de direito da sociedade civil, a **Sra. Bárbara Ravenna Martiniano de Assis** cumprimenta a todas e concorda com a fala da presidente Sra. Telma e esclarece que isso é mais uma violência institucional contra as mulheres em plena Pandemia, que é inadmissível que o pedido de afastamento das conselheiras que ocorreu em agosto de 2020, e a publicação no diário oficial ocorreu um dia antes das eleições municipais ou seja dia 14/11/2020, a cerimônia de posse do conselho ocorreu em maio e a nomeação da Jailane Devaroop Pereira Mattos como conselheira representante da SEDESE só foi publicada também no dia 17 de novembro, após o pleito eleitoral e cita que a lei que impede as conselheiras de se retornarem ao conselho se torna uma lei arbitrária, e considera por parte do governo um impedimento da atuação do conselho da mulher, considera ainda que o decreto é único e registra somente o afastamento das conselheiras, mas querem inviabilizar o papel do conselho nas tomadas das decisões em reuniões plenárias, e as decisões não foram acatadas, além disso as conselheiras, por meio de suas entidades, tentaram um diálogo com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – SEDESE, Sra. Elizabeth Jucá, porém não foram recebidas, esclarece ainda que as conselheiras vem lutando para encontrarem uma solução para a regularização do conselho, junto à Assessoria Jurídica da SEDESE para o preenchimento das vagas de notório saber, e depois de se esforçarem a resposta da Assessoria Jurídica para o conselho foi muito desagradável, relata ainda que o conselho da mulher juntamente com as mulheres do Estado de Minas Gerais estão ficando prejudicadas, fato de que o conselho não está em pleno funcionamento, esclarece também que um dos papéis das conselheiras da sociedade civil é cobrar do poder público as decisões e deliberações tomadas em plenária. Conforme encaminhamentos das reuniões anteriores, o conselhos vem procurando soluções para proceder às alterações do decreto do CEM, mas até o momento o conselho não foi atendido, Bárbara Ravenna sugere para as conselheiras pensarem uma forma de se posicionarem diante de tudo que está ocorrendo no conselho da mulher, porque desta forma está ficando cada vez mais difícil caminhar para regularização do conselho e precisa-se trabalhar as políticas públicas para as mulheres de todo o Estado de Minas Gerais. Ainda, relata que a forma com que o conselho da mulher está sendo conduzido não funciona e que é necessário levar o conselho da mulher mais a sério e somente a sociedade civil está levando o conselho a sério, acrescenta que e as conselheiras do governo têm as secretarias que as orientam. **Telma** esclarece e pede desculpas pela “falha de não apresentar” a Dra. Emília Viriato, **Terezinha** apresenta a convidada, Dra. Emília, e pede questão de ordem para sinalizar o tempo de espera e fala da Dra. Emília. **Telma** acata a sugestão de Tetê. **Carmélia Viana** segue com as boas vindas às novas companheiras do poder público recém nomeadas, e discorda da presidente Telma Patrícia que pediu licença para colocar as opiniões dela, afirmando que ela não precisa se desculpar para fazer o que necessário para a regularização do conselho, discorda também da fala de Bárbara Ravenna, afirmando que não as representantes da sociedade civil não podem ser consideradas chatas em suas cobranças ou se desculpar, pois precisam cobrar e ser ouvidas porque é um dos papéis das conselheiras desse conselho, afirma que pelas pesquisas nunca houve caso de afastamento definitivo de conselheiras para concorrerem ao pleito eleitoral e serem impedidas de retornarem, entende-se que eleitas ou não as mesmas poderão retornar a cadeira no conselho, porque a plenária é soberana. Acrescenta que o conselho não está em atraso com as demandas, mas o conselho está em atraso à partir do início deste governo, que mesmo com todo esforço por parte das conselheiras e das servidoras do conselho, o conselho está praticamente inativo e entende que para o conselho funcionar é necessário mais interesse por parte do governo, mas existe um descaso total e existe uma lei que coloca a paridade no conselho e já foi discutido e encaminhado em plenárias anteriores, e com a necessidade de alteração do decreto independente da regularização das vagas de notório saber, que o

pleno chegou a uma conclusão que pode se convidar uma pessoa com estudos de notório saber quando for necessário a fala, a Sra. **Verônica Coutinho** esclarece que a nova subsecretaria da SEDESE, é a Sra. Mirella Vasconcellos e sobre a questão do parecer jurídico da AGE, a partir do momento em que a entidade governamental passa a adotá-lo ele é vinculante para as secretarias do Estado, e não se pode tratar de forma contrária para não cometer nenhuma irregularidade, mas pode ser discutido com a subsecretaria Sra. Mirella Vasconcellos. Continuando os informes, **II - Aprovação e considerações das atas anteriores: Telma** lembra do combinado de leitura previa das atas e questiona se há alguma indicação de alteração, sendo confirmada a aprovação da ata anterior, toca no pedido da secretária executiva sobre a necessidade de assinatura das atas no Processo SEI e pede colaboração de todas as conselheiras. **III - Apresentação de palestra sobre: "Bate papo sobre o Dia Nacional da Consciência Negra", por Emilia Viriato Paulino: Telma** passa então a apresentação da Dra. Emília Viriato Paulino, advogada e vice-presidente da Comissão Estadual de Diversidade Sexual e Gênero da OAB/MG, Coordenadora do Grupo de Enfrentamento ao Combate à Violência doméstica e familiar, Coordenadora das prerrogativas de mulheres Advogada na Comissão da Mulher da OAB, Vice-Presidente da Comissão de Advocacia da Ativa de Contagem, Vice-Presidente do Comitê interinstitucional da violência contra a mulher de contagem e integrante da rede de violência contra a mulher. **Dra. Emília** agradece a todas pelo convite e inicia a fala e manifesta estar chocada com a situação do Conselho da Mulher e repudiando, esclarece que o parecer técnico jurídico não é um parecer vinculante, pois parecer técnico é uma análise jurídica e não tem força vinculante e pede desculpa por ser franca nas palavras e segue que a sociedade civil está em desvantagens e como advogada se coloca a disposição para as questões relevantes do conselho, orienta que não existe exoneração para a sociedade civil, porque todas prestam serviços voluntários e não tem nenhum vínculo com a questão financeira do Estado e fala ainda como mulher negra, advogada, palestrante, doméstica e babá, se sente envergonhada com o que está acontecendo neste conselho e acrescenta que a sociedade civil tem peso, o conselho é paritária devendo conter 50 por cento gestor e 50 por cento trabalhadores, pede desculpas mais uma vez pela fala e manifesta repúdio novamente, colocando-se à disposição do conselho, para ouvir as mulheres, e assim começa sua palestra com relatos de sua vida. Dra. Emília nascida em uma família de 13 irmãos é a caçula e filha de pai e mãe analfabetos, e como herança hereditária nasceu com a predestinação, nasceu dentro de um cesto debaixo de um pé de café, e com 4/5 anos de idade já estava na lavoura com seu pai, e com 6/7anos de idade já estava na casa das pessoas trabalhando, e hoje em pleno século XXI, 2020, choca-se ao deparar com a notícia de jornal de uma barbárie onde um homem negro acompanhado de sua esposa no supermercado Carrefour foi brutalmente assassinado, só por ser negro, o racismo nas eleições teve um grande avanço, mas é uma grande vergonha, expõe que em Joinville/Santa Catarina, agora tem a primeira mulher negra eleita, mas não a vê diferente de Marielle, porque ela assumiu o cargo e foi ameaçada por ser mulher e negra. Sente-se emocionada por ter participado da reunião da rede pela manhã e deparar com mulheres de luta e lembra de sua adolescência, com 13 anos de idade quando era menina sem educação formal, sem pai e sem família, vivendo nas ruas, e naquela época poderia ter se envolvido na prostituição ou drogas, mas nunca pensou nisso porque teve um bom aprendizado com seus pais e não precisava envolver com estas coisas, e pensa em contribuir com cada mulher adolescente, para não envolver por que a pior dor do ser humano é a fome, orienta a todas que quando se depararem com uma pessoa em situação de rua nunca se deve torcer o nariz, deve-se sensibilizar, porque nem sempre quem está ali é por que quer, e sim por necessidade como ela, que muitas vezes tirou do lixo nas ruas o seu alimento. Relata que foi uma negra de matriz africana que a tirou das ruas e deu o alimento, levou para seu casebre onde permaneceu dois meses, logo voltou a trabalhar em casa de família para ter onde comer e dormir, e assim levando a vida casou-se, e voltou aos estudos no programa EJA, hoje a única pessoa da família com ensino superior e conta como que a educação mexeu com a dignidade dela e hoje como advogada, bate no peito e ama ser advogada com muito orgulho, ou seja a educação transforma a vida do ser humano e mexe com a dignidade, fato de estar indignada, chocada, repudiando a condução deste conselho, conclui, ainda, que as políticas públicas não podem abranger somente o interesse público porque está na Constituição que o poder emana do povo e para o povo, a política não pode abranger somente o interesse de uma pequena classe, e chama a atenção dos gestores, que essas bravas mulheres deste conselho, sejam brancas, negras, pardas, indígenas, sejam quaisquer que seja, o poder é delas. Elas tem muito que ser respeitadas porque o conselho é pleno, soberano e

deliberativo, e tem o direito de fiscalizar e propor as políticas públicas, e o poder público tem o dever de explicar, e já passamos mais de três séculos, mas ainda são as mulheres de corpo preto que tem que pedir permissão. Ressalta que o art. 133 da Constituição Federal de 1988, dispõe que os advogados são constituídos de poder para o bom andamento da justiça, da administração e para assegurar garantias de direitos sociais, mas mesmo dentro da Ordem dos Advogados existe a discussão de paridade, porque mesmo com 90 anos de OAB, nunca houve uma mulher em cargo de direção, então ainda se luta pela paridade nas próximas eleições aos cargos de direção da Ordem dos Advogados do Brasil e estão discutindo e pleiteando também na Conferência Nacional da Comissão de Promoção da Igualdade e brigando por 30 por cento dos negros ocupando os cargos de direção da OAB, e chama atenção deste conselho da mulher se sentindo solidária, e se coloca à disposição, porque todos os momentos e lugares que as mulheres tentam ocupar são tolhidas e excluídas e cada momento destes tomamos decisões de deliberações e encaminhamentos aos gestores e administradores públicos, que atendem estas subclasses de mulheres, mulheres negras, mulheres trans, travestis e nenhuma pode ser excluídas, por que o maior índice de mortalidade e criminalidade de violência de gênero e violência da lei Maria da Penha é contra as mulheres negras. Dra. Emília compartilha sua história trazendo um pouco da dor da mulher negra, que cada mulher traz a dor que somente a mulher negra sabe o que fez para transpor tudo e chegar onde chegou. Agradece a todas pelo convite e deixa a fala dizendo devemos continuar a lutar contra o racismo, abrindo espaços convidando mulheres e homens pretos para palestras e termos a empatia com pensamento em mudar a história do negro. **Telma** agradece a Dra. Emília, **Terezinha Avelar** agradece também a Dra. Emília e fala da importância desta fala sobre o respeito que devemos ter com as pessoas e vários tipos de diferenças na questão do racismo, que é um assunto muito sensível, mas temos que fazer valer a equidade das mulheres negras nos lugares de fala e dar o protagonismo a elas e ninguém tira o assento e nem lugar de ninguém, cada uma tem o seu espaço. Tetê agradece mais uma vez por Dra. Mila ter aceitado o convite. **Telma** comenta sobre a fala relatando que sua história não ficou longe e se identificou muito com a história também e não foi diferente, e sente muito privilégio de ter saído de onde saiu, e agradece muito a contribuição da Dra. Mila. **Jailane** pede desculpas e fala da urgência e necessidade de ouvir a Dra. Mila, e se identifica com a história que prova que o racismo não é caso isolado. Conta que veio de uma família pobre, sendo a primeira e única pessoa da família a entrar na instituição de ensino superior, solidariza por ter sido adolescente mãe, de um jovem filho negro que traz muita insegurança, por ser um jovem de pele negra, que tem orgulho do filho e sente a insegurança das mães que quando os filhos saem de casa seja para comprar um pão, não sabe se volta, que o mundo ainda é um lugar onde infelizmente lida-se com isso, todos os dias e que as vozes não são ouvidas e nem reconhecidas e não chegam aos espaços devidos, e deve-se denunciar os atos de racismo. Chama atenção para o resultado dos atos de violência de 2020, o feminicídio de mulheres negras cresceu para 12,4 por cento e o feminicídio de mulheres brancas diminuiu para 11,7 por cento, é um registro de como que as legislações quando elas alcançam os espaços de visibilidade e defesa, os corpos brancos são os primeiros a serem defendidos, e hoje como conselheira é uma honra para ela estar neste conselho, e é um dever institucional e social de fazer toda esta história ter um espaço, vez e voz, é um dever pessoal e institucional de fazer políticas públicas para a população negra, a paridade do conselho da mulher é uma discussão desde do início do ano, depois de várias reuniões para recompor o conselho e foram muitos prazos colocados e até mesmo a nomeação como conselheiras só foi concluída agora no último dia 17 de novembro do ano corrente, e que pode somar a sua pessoa de fato na luta deste conselho. Jailane expõe que já realizou diálogo com a Subsecretaria, Sra. Mirella Vasconcellos, e este assunto será novamente debate para um próximo diálogo. **Dra. Mila** fala da questão de mulheres de pele preta e tudo que a Jailane colocou e mais um pouco, e que esta data 20/11/2020, ficará marcada com a tristeza e repúdio de ouvir histórias das que se identificam com a dela, e pede licença para se ausentar se colocando mais uma vez a disposição do conselho, e pede permissão para deixar a reunião. **IV. Mulher na Pandemia, “Perspectivas de saúde, educação econômica e outras”:** **Telma** prossegue com a reunião, passando após concordância das demais conselheiras, para o próximo ponto da pauta, e pergunta o que foi feito pela entidade governamental durante esta pandemia para as mulheres, **Verônica Coutinho** representante do governo informa que durante o mês de outubro foi realizada uma campanha de prevenção ao câncer de mama, criação de uma campanha antitabagista e uma campanha sobre a saúde sexual e reprodutiva. **Terezinha** pergunta sobre a vacina contra

a catapora, se está no período final ou não da vacinação. **Verônica** explica que ainda não foi atualizada sobre as vacinas, mas promete buscar informações para uma resposta. **Jailane**, como representante da SEDESE, fala sobre duas prioridades no decreto que é o Enfrentamento a Violência contra as Mulheres e a Empregabilidade das mulheres juntamente com o CERNA com trabalho inovador, chamando uma força tarefa emergencial para garantir que os atendimentos não parassem. Conta que foi montado um seminário para ouvir as mulheres sobre o atendimento em cada território, e muitos municípios mantiveram contatos telefônicos, para ligações emergenciais, e no meio da pandemia houve também uma campanha de distanciamento social sem violência, com divulgação com cards e teve iniciativa da rede de enfrentamento em parceria com o Tribunal de Justiça e a SEDESE, apoiando com a logística nos territórios com a campanha do X vermelho na palma da mão, fazendo chegar aos municípios que tem as farmácias conveniadas com o programa, a SEDESE funciona como apoio com programa da bolsa merenda e por último o programa RendaMinas. Que foi construído projeto de empregabilidade com qualificação profissional para as mulheres pensando em um banco de emprego para as mulheres em situação de violência, e em breve será lançado. **Tatiane Maia** da SEJUSP informa sobre o Programa Mediação de Conflitos, que trabalha com todo o público e o maior número de atendidas são de mulheres negras, as equipes pensam diversos desafios para atendimento individual e coletivo, e pensam em estratégias, para trabalhar junto com as mulheres e referências comunitárias para falar sobre as violências contra as mulheres, e fortalecimento dos direitos. **Verônica** responde sobre a vacina contra catapora que está disponível somente para as crianças e a vacina contra sarampo para as pessoas até 49 anos com prazo prorrogado até hoje 20/11/2020, e caso não haja mais vacina é só aguardar a reposição dos novos lotes das vacinas. **Luciana Perônico** da Secretaria de Educação pede uma agenda para um diálogo com Sra. Jailane para trazer propostas e perspectivas para mulheres na pandemia. **V – Informes: Tetê Avelar** fala de demanda que surgiu de Paracatu que deseja saber sobre atividades do conselho para os 16 dias de Ativismo que inicia no dia 25/11/2020 ao dia 10/12/2020. Sobre a Conferência Estadual, sugere a proposta de fazer um levantamento dos municípios que tem conselho da mulher para pensar como orientar os municípios sobre as conferências. **Jailane** fala da importância destes pontos, em relação a campanha dos 16 dias de ativismo e a conferência, a Coordenadoria de Políticas para Mulheres vem elaborando uma campanha de um vídeo institucional, e pode ser validado no conselho, mas ainda está em elaboração, e que se houver a concordância do CEM/MG pode-se atuar em duas linhas: a publicação de um card que demonstra a vulnerabilidade e os dados levantados pela SEDESE durante a pandemia, como o caso de aumento de feminicídio da mulher negra, e; a indicação por parte do CEM/MG de 16 nomes de mulheres relevantes no protagonismo e visibilidade da luta pelos direitos das mulheres. Com relação aos conselhos municipais é uma responsabilidade da secretaria executiva atualizar os dados destes municípios e a última atualização total é de 114 municípios entre CMDMS ativos, inativos, e sem respostas. Efetivamente atuando durante os anos de 2019/2020 são apenas 59 conselhos municipais, e sugere elaborar uma cartilha para divulgação de como criar um CMDM e a importância de atuação dos conselhos, e chamar os territórios para compor as reuniões plenárias ordinárias e extraordinárias para participação e instrução. Sobre a conferência da mulher, a SEDESE não teve mais nenhuma resposta, sendo que as orientações estão paradas na esfera Federal e sugere um grupo de trabalho para chamar as conferências porque o papel do conselho é monitorar as políticas públicas e cita o Plano Decenal e PPAG que são planos de ações. Sobre as Mulheres no campo, afirma ser importante pensar em restituir o espaço de discussão no fórum da violência contra as mulheres do campo, das águas e das florestas. **VI - Encaminhamentos: Telma** propõe que seja mantida a decisão sobre o afastamento das conselheiras e sobre notório saber, apoiando o retorno das conselheiras afastadas para pleito eleitoral, e aguarda resposta do senhor governador Romeu Zema por meio de documento enviado anteriormente, o conselho aguarda também resposta da SEDESE, para alteração do decreto de pedido enviado anteriormente e reafirma o apoio das conselheiras. **Jailane** argumentou que tecnicamente sobre a regularização do notório saber seria necessário a alteração do decreto, informa que conversou previamente sobre essa questão com a subsecretaria Mirella Vasconcellos, e a nova subsecretária apoia o pedido do conselho que entende que estas cadeiras não atendem mais ao que foi proposto, mas este trâmite tem um tempo por mais célere que se tente ser, e são várias instâncias e não dar para manter o conselho com duas cadeiras vagas dessa forma, precisando, agora, prosseguir com este encaminhamento no sentido de preencher as vagas de notório saber, porque assim o conselho não fica desfalcado com este

espaço vago no colegiado. **Bárbara** se posiciona falando que já houve tentativa de regularizar a situação com o representante do jurídico, Sr. Thiago Elias Mauad de Abreu e teve uma resposta desafortada, e o conselho queria apenas tentar amenizar os impactos do notório saber, e tem os e-mails de resposta do Sr. Thiago, encaminhados pela servidora Jéssica, dizendo não ter jeito. Mas entende que nada impede do diálogo com a subsecretaria Mirella Vasconcellos. **Jailane** esclarece a necessidade de tramitar a alteração do decreto, relatando que esta alteração por parte da subsecretaria Mirella Vasconcellos vem de uma compreensão muito ampla da subsecretária como uma mulher mãe, mulher negra e gestora pública com interesse na pauta da mulher. **Telma** pede esclarecimento como seria este encaminhamento, de um novo edital para preenchimento das vagas de notório saber e o andamento de alteração do decreto no mesmo momento. **Antonieta** argumenta, se a fala abrange somente sobre alteração do decreto e questão do notório saber e das conselheiras afastadas para o pleito eleitoral. **Jailane** responde que sim e deseja entrar no assunto das eleições também. **Terezinha** tenta recapitular como será o prosseguimento, a questão da alteração do decreto, que fala das vagas do notório saber e ao mesmo tempo do novo edital para compor as vagas, pergunta se há tempo hábil para a situação se reverter, que entende que este notório saber já foi discutido e um novo edital para as vagas de notório saber continuaria deserto, pois acredita que o conselho não vai conseguir completar estas cadeiras, e que sabe que estas vagas não atendem a necessidade do conselho, que deveriam ser diferentes convidando pessoas de notório saber como, por exemplo, a Dra. Emília que trouxe esta palestra e seriam para ocupar nos momentos das pautas, caso haja necessidade, lembrando que para alteração do decreto temos duas entidades que ficaram de fora na eleição do conselho e poderíamos puxá-las para compor as vagas. **Carmélia** concorda com a Tetê, e aposta no interesse da Subsecretária Mirella Vasconcellos, para sanar a situação do conselho, e chamar as duas entidades que ficaram de fora seria uma boa saída. **Telma** coloca que esta proposta de elaborar novo edital já havia sido discutida antes nas plenárias e não foi aceito, ou seja, foi rejeitado e todas as conselheiras estão de acordo e conclui que devido à rejeição desta proposta pela plenária, e a inviabilidade de nova discussão devido a extrapolação de tempo de plenária. **Jailane** concorda por não ser um assunto que possa ser discutido em horário tão tardio e entende que o pleno definiu aguardar a alteração do decreto, que é o que interessa para o conselho no momento e esclarece que não existe a possibilidade de chamar as duas entidades que ficaram de fora pois o edital anterior contemplava oito cadeiras da sociedade civil que foram preenchidas, sendo necessário um novo edital assim que o decreto for alterado, e que o conselho vai permanecer com as cadeiras vagas até que altere o decreto e pede que encaminhe para ela o que já foi discutido em relação as alterações e Telma se compromete a fazer o encaminhamento. **Bárbara** relata que entende continuar no conselho e reclama que não recebeu a convocatória e se considera permanecendo no conselho. **Telma** fala que a entidade de Bárbara Ravenna Martiniano da União Brasileira de Mulheres (UBM) e da Débora da Costa Queiroz da União Brasileira de Mulheres de Ouro Preto (UBMOP) irão se posicionar. **Encerramento:** cumprida finalidade da reunião, a presidente procede ao seu encerramento, às 17h30min. Nada mais havendo a ser tratado encerrou-se a reunião, Eu, Elenir Rios, lavrei a presente ata que depois de aprovada será assinada por todas as conselheiras presente.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Danielle Gandra Rodrigues, Servidor(a) Público(a)**, em 21/12/2020, às 09:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tatiane Carvalho Maia, Diretora**, em 21/12/2020, às 11:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Verônica Ildelfonso Cunha Coutinho, Servidor(a) Público(a)**, em 22/12/2020, às 16:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Telma Patricia de Moraes Santos, Usuário Externo**, em 30/12/2020, às 08:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Ferreira Peronico, Servidor(a) Público (a)**, em 30/12/2020, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Terezinha Lucia de Avelar, Usuário Externo**, em 03/01/2021, às 21:09, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonieta Shirlene Mateus, Usuário Externo**, em 20/01/2021, às 10:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Beatriz Eufrasio Trindade, Servidor(a) Público(a)**, em 20/01/2021, às 14:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Maria Aparecida da Silva, Usuário Externo**, em 21/01/2021, às 14:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **23381183** e o código CRC **F2C68048**.

Referência: Processo nº 1480.01.0011675/2020-04

SEI nº 23381183